

14 / 1994

Índice

PORTUGAL E A PARTILHA DO MUNDO

7 Editorial

Estudos

- 11 Paulo Drumond Braga e Isabel Mendes Drumond Braga
As duas mortes de D. Manuel: o rei e o homem
- 23 Ulrich Fleischmann, Mathias Rohrig Assunção e Zinka Ziebell-Wendt
Os Tupinambá. Realidade e ficção nos relatos quinhentistas
- 42 Jill Dias
Mudanças nos padrões de poder no «hinterland» de Luanda.
O impacto da colonização sobre os Mbundu (c. 1845-1920)

Em debate: Abolicionismo

- 95 João Pedro Marques
Uma revisão crítica das teorias sobre a abolição do tráfico
de escravos portugueses
- 119 Valentim Alexandre
Projecto colonial e abolicionismo

Biblioteca

- 129 Rita Costa Gomes
Cerimónias da realeza nos fins da Idade Média. A propósito
de um livro recente

Estado da questão: Historiografia

- 139 José Miguel Sardica
Do relativismo ao cientismo, uma superação das vanguardas historiográficas?
- 151 Jean-Frédéric Schaub
A história política dos *Annales E.S.C.* Mutações e reformulações
- 179 Pedro Cardim
A análise cultural no campo historiográfico
- 201 Manuel Baiôa
A ditadura militar na historiografia recente

Biblioteca

- 221 Maria Idalina Portugal
Provas académicas de 1992-93

Leituras

- 233 Recensões de José das Candeias Sales, Pedro Cardim,
Luís Nuno Rodrigues e António Manuel Hespanha
- 245 Maria de Fátima Nunes
In Memoriam J. S. Silva Dias

A DITADURA MILITAR NA HISTORIOGRAFIA RECENTE

Manuel Baião

Licenciado em História

Professor do ensino básico e secundário

*O golpe militar de 28 de Maio de 1926*¹. União. – O golpe militar² não colheu ninguém de surpresa. A sua intenção vinha sendo largamente divulgada pelos órgãos de informação³. Eram conhecidos os exemplos europeus⁴ e já tinham existido outros golpes com objectivos semelhantes⁵.

Para a maioria dos historiadores o golpe militar de 28 de Maio teve um apoio quase completo de todas as forças políticas portuguesas⁶, «com excepção do PRP (que estava no poder), do PCP, do partido Socialista, do grupo *Seara Nova*, da CGT e da Esquerda Democrática»⁷. Embora A. H. de Oliveira Marques tenha defendido num determinado momento que o movimento era minoritário⁸, a maior parte dos trabalhos tem defendido o apoio quase maioritário da Nação ao golpe militar⁹.

Objectivos e ideologia. – A união em torno do golpe tinha um objectivo concreto e aglutinador de interesses heterogéneos: derrubar do poder o partido de António Maria da Silva¹⁰. Após a consecução deste objectivo a heterogeneidade dentro do golpe militar é realçada¹¹. Segundo António Costa Pinto podemos dividir o *grupo* apoiante ao 28 de Maio em 5 grupos: republicanos conservadores, monárquicos, liberais, fascistas e sectores da esquerda republicana¹².

Este *grupo* pretendia «o reforço da autoridade do Estado (...) [a] manutenção da ordem e da tranquilidade públicas, o relançamento do crédito e da confiança, a reforma da vida política, a regularização do Orçamento do Estado»¹³. Estes objectivos eram sem dúvida muito latos, de unidade ténue e não respondiam às grandes questões do futuro. Qual era o modelo político, económico e social alternativo à I República?¹⁴.

Os grupos apoiantes do 28 de Maio pertenciam a *famílias* políticas muito divergentes quanto ao modelo político a implementar.

Instabilidade na própria Ditadura. Após o 28 de Maio os diferentes grupos políticos que apoiaram o golpe vão lutar pela liderança do processo político.

Dentro do primeiro governo esta divergência de orientação política está patente nos dois principais mentores do golpe militar. Mendes Cabeçadas defendia a regeneração do regime republicano e Gomes da Costa a ruptura da legalidade constitucional, um apoiado pela componente republicana democrática e o outro por uma facção de Extrema-Direita¹⁵. O enfrentamento destas orientações políticas divergentes provocou o início da instabilidade dentro da própria Ditadura e a ruptura do principal objectivo «em nome do qual, afinal, se fizera o movimento militar»¹⁶, a estabilidade governativa.

A grande instabilidade e o predomínio dos militares neste início da Ditadura levou Douglas Wheeler a qualificar este período como «o regime dos alferes»¹⁷, devido à importância dos oficiais de baixa patente nos constantes golpes de Estado.

Depois do afastamento de Mendes Cabeçadas e de Gomes da Costa, o homem forte do novo governo (9-7-1926) era o monárquico general Sinel de Cordes. Para alguns membros do *grupo de 28 de Maio*, a presença deste homem no governo representava ainda um perigo para a República¹⁸. Manuel Braga da Cruz chama-nos mesmo à atenção para a existência de um conflito dentro da Ditadura entre os adeptos da Monarquia integral e os adeptos de uma «revolução política no quadro das instituições republicanas, mas numa perspectiva nacionalista»¹⁹. Os integralistas e o próprio D. Manuel apoiaram a Ditadura no seu primeiro período de indecisão ideológica²⁰. Mas este grupo vai sendo lentamente absorvido por outros grupos com maior poder político.

O ministro das finanças Sinel de Cordes tentou equilibrar o orçamento e reorganizar as finanças, mas falhou nestes dois objectivos. A difícil situação económica tornava a Ditadura mais frágil, principalmente quando rebentaram escândalos de corrupção, de gastos exagerados com o exército e a administração²¹. A Ditadura que se tinha implantado para lutar contra uma situação semelhante, caía no mesmo erro. Perante esta situação, o governo teve de pedir o patrocínio da Sociedade das Nações para a concessão de um empréstimo. A pressão da opinião pública (na qual se inclui Salazar²²) e a acção da Liga de Paris²³ (especialmente devido à actuação de Afonso Costa²⁴, Bernardino Machado²⁵ e António Sérgio²⁶) fizeram abortar esta tentativa. O fracasso desta iniciativa foi também o fracasso da política económica de Sinel de Cordes e ditou mais tarde o seu afastamento do governo.

Entretanto, o governo preparou com muito cuidado uma nova lei eleitoral (tipo Nova República) para se auto-legitimar perante a Nação. Com a eleição de Carmona²⁷ como Presidente da República (25 de Março de 1928), a Ditadura dá mais um passo para se afastar da Constituição de 1911.

Em 18 de Abril de 1928 formou-se um novo governo presidido por Vicente de Freitas com a inclusão de Salazar, que regressa ao governo com uma imagem reforçada de *técnico*, de *especialista* de finanças. Desta vez impõe mesmo o que César Oliveira denominou as «condições leoninas»²⁸ para aceitar de novo o cargo²⁹. Salazar consegue realmente, logo a partir do primeiro ano de governação, atingir os objectivos que as *forças vivas* e os «interesses intermédios»³⁰ queriam: equilíbrio orçamental, estabilização financeira e monetária³¹ e abertura a uma fase de reanimação económica através da intervenção do estado na economia³².

Com a estabilização económica da Ditadura entramos num novo período a que Douglas Wheeler chamou «a Ditadura procura um ditador»³³. Mas, seguindo o modelo teórico que alguns recentes estudos³⁴ têm defendido, poderemos intitular este período de *A Ditadura Militar procura um regime*. Embora Salazar tenha conseguido angariar um prestígio enorme como ministro das Finanças³⁵, o ano de 1928 e mesmo o ano de 1929 são muito ambíguos para uma conciliação de posições, mas dentro de um quadro republicano³⁶.

Quando o novo presidente, Ivens Ferraz, inicia a governação (8 de Julho de 1929) continua a existir uma grande incerteza sobre o futuro do regime e sobre quem irá liderar o controlo do processo político³⁷. Três correntes políticas vão lutar por controlar esse processo: o grupo republicano conservador, o grupo de Direita radical e o grupo do Centro Católico³⁸.

A luta externa face à Ditadura Militar. A partir da radicalização da Ditadura com o afastamento dos militares defensores de uma República democrática e das instituições democráticas, surgem os primeiros movimentos organizados contra a Ditadura. Estes movimentos, ao serem neutralizados (revolta de 3 de Fevereiro de 1927, por exemplo), provocaram um endurecimento do regime contra os ideais democráticos e pluralistas. Para além dos mortos e feridos a revolta *custou* inúmeras prisões e deportações³⁹. Esta acção da Ditadura provocou uma certa estabilização, depois da expulsão dos «revolucionários profissionais»⁴⁰. Estes *revolucionários* formaram grupos no estrangeiro. O mais conhecido é a denominada *Liga de Paris*⁴¹. Este grupo, ainda que não estabeleça a unidade sonhada, consegue dissuadir o pedido de empréstimo de Sinel de Cordes.

O ano de 1930 marca o início do *projecto* do Estado Novo. Consequentemente marca também uma reanimação no afastamento do quadro institucional da I República, o que provoca uma intensificação da oposição à Ditadura.

A primeira grande revolta contra o novo regime teve lugar na Madeira (Abril de 1931). Alastrou-se posteriormente aos Açores e à Guiné. Mal preparada e pouco apoiada no continente, fracassou⁴².

Abril trouxe um elemento de instabilidade para o regime. A implantação em Espanha da II República gerou um novo clima de agitação e de esperança para os adeptos democráticos⁴³. Embora o governo de Azaña tenha apoiado a oposição portuguesa⁴⁴, esta não conseguiu reunir os apoios necessários para a deposição da Ditadura. A partir de Novembro de 1933 o governo espanhol (agora de Direita) deixou de apoiar os *revolucionários portugueses*, e inicia-se uma aproximação diplomática dos dois Estados.

A repressão à oposição não deixou de aumentar em Portugal, principalmente a partir de 1933. No dia 18 de Janeiro de 1934 é sufocada a revolta preparada pelos sindicatos contra o projecto de sindicatos corporativos⁴⁵.

O movimento operário e os antigos partidos republicanos não conseguiram unir-se para lutarem eficazmente contra a Ditadura, vivendo uma crise que tinha as raízes na própria I República. Os partidos comunista e socialista conheciam também momentos de crise interna, o que os impossibilitava de serem uma força *credível* para fazer frente à Ditadura⁴⁶.

A luta interna na Ditadura Militar. O grupo republicano conservador. – Este grupo era liderado por Vicente de Freitas e Ivens Ferraz. Estes generais governaram no período de 1928 a Janeiro de 1930, precisamente o período de maior acalmia da oposição, como demonstrámos anteriormente. Este grupo, embora adepto dos objectivos do *28 de Maio*, pretendia, «mais do que a superação do sistema liberal republicano, (...) a sua regeneração, dentro dos quadros fundamentais do liberalismo»⁴⁷. Queriam construir uma República regenerada com um novo conceito da governação e do poder; pretendiam criar um sistema em que o governo tivesse realmente o poder e não estivesse excessivamente dependente do parlamento; queriam assegurar a ordem pública e uma verdadeira autoridade do Estado mas sem suprimir as essenciais regras democráticas⁴⁸.

Embora a Ditadura Militar se enquadrasse nas «reacções conservadoras tendentes ao estabelecimento de governos fortes»⁴⁹, muito generalizados na Europa de então. «Havia de entender-se como um regime transitório»⁵⁰, tendo como objectivos repor a «ordem nas ruas e na administração»⁵¹. Visava,

em última análise, repor o sistema constitucional republicano, mas regenerado.

Este grupo, embora perca a liderança do processo político⁵², influenciou o Estado Novo na sua componente *liberal e pluralista* (mesmo que aparente), já que o Estado Novo foi *obrigado* a realizar um equilíbrio de posições.

*A Direita radical*⁵³. – Este grupo opõe-se ao grupo republicano conservador. Influenciados pela experiência mussoliniana e riverista, tentaram impedir qualquer tentativa de retorno à normalidade constitucional. Entendiam a Ditadura como a «materialização do verdadeiro 'interesse nacional'»⁵⁴. Defendem o que Mussolini um dia disse sobre a Ditadura: esta devia «durar! durar! durar eternamente!»⁵⁵. As Ditaduras seriam não um período de transição, «mas elas próprias um regime»⁵⁶. São adeptos da Ditadura, do sistema corporativo como fórmula superadora e alternativa do sistema liberal democrático, do capitalismo e do sistema socialista. Ao sistema individualista do voto e da sociedade contrapõem um sistema orgânico e corporativo. «Esta linha política reunia antigos sidonistas, ex-integralistas, intelectuais e jovens oficiais ou oficiais superiores influenciados pelas experiências autoritárias»⁵⁷.

Este grupo participou no derrube da I República e queria ter também uma palavra a dizer no novo regime que se preparava. Esteve bastante próximo do poder durante o governo de Gomes da Costa, mas vai sendo lentamente afastado como alternativa do regime.

Depois de duas tentativas falhadas de formação de um *partido* no interior da Ditadura Militar (devido à grande heterogeneidade de objectivos e ideologias dentro do *grupo do 28 de Maio*), o governo decidiu criar um novo *partido* de apoio à Ditadura (30 de Setembro de 1927)⁵⁸. O aparecimento da Liga Nacional 28 de Maio⁵⁹ pouco depois do aparecimento do *partido do governo*, mostra que o objectivo aglutinador e conciliador deste não encontrava (ainda) eco no grupo de direita radical⁶⁰. O fracasso da União Nacional provocou uma certa apatia da Liga. A dinamização da Liga ganhou novo alento com o aparecimento da *nova* União Nacional em 1930. A divergência de orientação política das duas organizações provocou uma actuação do governo no sentido de neutralizar e integrar a Liga na União Nacional.

Uma pequena parte deste grupo adere ao projecto *salazarista*, outra parte agrupa-se em volta de Rolão Preto, formando o movimento Nacional-Sindicalista. Este movimento não quis fundir-se à União Nacional. Rolão Preto considerava que a liderança *reformadora* de Salazar tinha tornado o Estado Novo demasiado *centrista*⁶¹ e, desta forma, tinha desvirtuado a *revolução* de que o texto constitucional ecléctico era exemplo.

A não adesão ao projecto do Estado Novo era inaceitável⁶². A partir do Verão de 1933 o regime inicia uma política sistemática, anti-movimento Nacional-Sindicalista que culminará com a expulsão de Rolão Preto do país. Para Salazar, um «movimento inspirado em certos modelos estrangeiros»⁶³ não tinha cabimento num projecto essencialmente nacional. Salazar travou a tentativa de mobilização das massas e o novo protagonismo dos militares.

Muitos membros do Nacional-Sindicalismo ingressaram no projecto salazarista⁶⁴. Foi a partir de alguns destes elementos e de outros da Extrema-Direita Salazarista, que surgiram alguns movimentos *fascistas* dentro do regime⁶⁵.

O Centro Católico. – O Centro depois de algumas aproximações frustradas à experiência sidonista e à Monarquia do Norte, colocou para segundo plano a questão do regime e lutou dentro do sistema político republicano pelas teses da Democracia Cristã⁶⁶.

A Igreja e o próprio Centro apoiaram desde logo a Ditadura Militar. Constituíram rapidamente um grupo de pressão junto ao Poder e tornaram-se uma força de bloqueio à expansão do fascismo⁶⁷.

Salazar como dirigente do Centro Católico defende alguns ideais que o demarcam tanto do liberalismo burguês como do socialismo, criando uma nova e utópica sociedade. Uma sociedade onde o *Bem Comum*, o *Interesse Nacional* estivessem em primeiro lugar e onde o *Poder* estivesse limitado pela *Moral*⁶⁸. Depois de ingressar no governo como *técnico* mas também como «dirigente e ideólogo centrista»⁶⁹, consegue liderar o processo político e agrupar vários movimentos dentro do seu projecto orgânico que não concebe forças exteriores. O próprio Centro é conduzido à dissolução e integração no projecto salazarista. É a partir do Centro Católico e de alguns dos seus membros que Salazar constrói a plataforma de ascensão e a própria base do novo regime, embora depois tenha-se tornado «inconveniente»⁷⁰.

Salazar e diversas forças na Ditadura. – Ao iniciar-se o governo de Ivens Ferraz, a Ditadura navega ainda em águas incertas quanto ao seu futuro. Como tivemos oportunidade de explicar, diversas *forças* lutaram pelo controlo do processo político. O grupo vencedor foi o que se agrupou em torno de Oliveira Salazar.

Salazar conseguiu assumir-se como o «novo D. Sebastião das finanças»⁷¹, conseguiu ser o ponto de encontro de diversas sensibilidades de Direita⁷². Nacionalistas, monárquicos, integralistas e ex-sidonistas projectaram-se nele como o último defensor de alguns ideais comuns que a Ditadura lentamente ia desvirtuando.

Como demonstrou César Oliveira⁷³, foi durante o governo presidido pelo general Ivens Ferraz que se decidiu o *destino* da Ditadura Militar entre uma República regenerada e um regime autoritário. A partir do *milagre* financeiro de Salazar, este adquire um prestígio enorme. «Salazar sabe da onda de prestígio que o envolve serve-se dela para impor as suas condições»⁷⁴.

Na ausência do chefe de governo em visita a Espanha, é realizada uma manifestação de apoio das Câmaras a Salazar. Salazar defende no seu discurso uma *via* diferente da seguida até aí por Ivens Ferraz. Um mês mais tarde (Novembro), Óscar Carmona defende um projecto semelhante ao de Salazar. O *cercos* ao grupo de Ivens Ferraz estava cada vez mais apertado. O último dado deste conflito surge na sequência da polémica sobre a crise financeira de Angola, entre Salazar e Cunha Leal. Perante o apoio do executivo a Cunha Leal, Salazar demite-se. Esta demissão provocou a perda de confiança do Presidente Carmona no executivo⁷⁵ e a demissão deste. Salazar e os seus apoiantes saíram reforçados deste conflito⁷⁶. Lentamente, Salazar foi conseguindo reunir em seu redor apoios de diversas correntes por vezes contraditórias. Mas, soube diluí-las e integrá-las num projecto comum.

A Ditadura Militar foi atacada por adversários internos e externos. A força militar conseguiu impor-se aos elementos externos à própria Ditadura, mas vai sucumbir «perante a sua componente civil interna e perante a luta que esta lhe move»⁷⁷.

Fundamentos ideológico-políticos do regime nascente. 1930: um ano chave. – Para alguns autores o ano de 1930 continua a ser um ano incerto quanto ao futuro político-institucional da Ditadura, quanto ao apoio dos militares ao novo projecto e quanto a possíveis revoltas contra o regime⁷⁸.

Mas, alguns trabalhos recentes têm demonstrado que o ano de 1930 é o ano de viragem da Ditadura Militar para a *Ditadura Nacional*; para a formação de um governo com maioria de civis, sob a direcção efectiva de Salazar, para a construção de um novo regime⁷⁹.

O ano de 1930 é marcado por uma certa apatia da oposição; Cerejeira (companheiro de Salazar e seguidor de uma matriz ideológico-política semelhante) era entronizado patriarca de Lisboa; o general Sinel de Cordes falecia (figura alternativa a Salazar no grupo de *Direita*); Gomes da Costa falecera em 1929, assim como outros vultos da I República⁸⁰.

Ideologia e jurisdição. – A União Nacional⁸¹ ao ser anunciada torna-se a primeira estrutura civil de apoio ao novo regime (depois de outras tentativas falhadas⁸²). «Concebida como um ‘não partido’», mas sim como uma «‘associação cívica’ agrupadora de ‘todos os Portugueses de boa vontade’, apoiantes da nova situação política, independentemente da sua filiação político-ideológica concreta»⁸³. Tornou-se o organismo político onde podiam convergir todas as forças de Direita que pretendessem apoiar o Estado Novo⁸⁴. Tinha por objectivo aglutinar as «diversas ‘sensibilidades’ da Ditadura militar»⁸⁵ em torno do «apoio à monopolização do poder político pelo governo», à «legitimação do regime através das vitórias eleitorais» e da resolução interna de «conflitos» e «dissensões» que pusessem «em causa a estabilidade»⁸⁶ do regime. Embora entendida como *associação cívica* a União Nacional tinha tarefas tipicamente partidárias, embora nunca tenha conseguido «controlar o Estado e dirigir o governo»⁸⁷ (passava-se antes o inverso). A União Nacional tornou-se um *partido cívico*, o que leva Manuel Braga da Cruz a considerar o Estado Novo como um «Estado com partido único»⁸⁸.

A formação do novo regime passava pela elaboração de uma constituição, já que o grupo apoiante de Salazar era contrário ao poder absoluto e ilimitado. Este grupo provinha essencialmente do Centro Católico, mas ingressaram nele outros elementos provenientes das mais diversas origens, desde Nacionais-Sindicalistas até a republicanos moderados. A constituição surge assim como uma *via intermédia, ecléctica*⁸⁹, *híbrida*⁹⁰, fruto de um *compromisso*⁹¹ entre várias sensibilidades. Recusam, por um lado, o caos da República e, por outro, a violência dos projectos totalitários. A constituição de 1933 é um elemento essencial para compreendermos o pragmatismo político salazarista⁹² (para conseguir *durar*). A constituição combina normas e princípios democráticos (embora estes sejam ultrapassados pelo poder legislativo do governo) com elementos autoritários⁹³.

O Estado Novo é contra o individualismo, defende a «estrutura orgânica da representação dos interesses, (...) [mas] reconhece o sufrágio directo»⁹⁴; é contra o parlamentarismo mas sugere uma assembleia de tipo parlamentar; defende o corporativismo, mas a câmara corporativa tem apenas carácter consultivo; é um regime aparentemente de *presidencialismo bicéfalo*, mas é o Presidente do Conselho que reúne quase todo o Poder⁹⁵. É nesta aparente contradição e ambiguidade⁹⁶ que o Estado Novo nasce e toma forma.

O novo regime, seguindo a tradição corporativa, legislou sobre a relação entre o trabalho e o capital. Para Salazar trabalho e capital deviam estar

conciliados para o bem comum⁹⁷. Desta forma surge o Estatuto do Trabalho Nacional⁹⁸, que vai destruir os sindicatos tradicionais.

Como Estado nacionalista, o Estado Novo estabeleceu uma nova relação com as colónias, realçando novamente a «vocaçào colonizadora»⁹⁹ do país.

E na sua relação com a Igreja Católica afirmou novamente a sua característica fundamental – a capacidade de realizar compromissos entre grupos por vezes antagónicos, a de realizar sincretismos entre ideais diversos. Católicos e laicos compatibilizaram-se num «regime de separaçào futuramente concordatado»¹⁰⁰.

Plataforma de consenso: equilíbrio nacionalista. – O Estado Novo surge do *equilíbrio nacionalista*¹⁰¹ entre posições moderadamente democráticas e totalitárias. Nasceu um regime pautado pelo sincretismo das várias posições¹⁰² que aglutinou numa ideia comum «tudo pela Nação, nada contra a Nação»¹⁰³. É possivelmente neste hibridismo que reside a dificuldade para caracterizar o Salazarismo.

Podemos dividir os historiadores que têm estudado o salazarismo em dois grandes grupos, a que Fernando Rosas chamou «taxionomistas»¹⁰⁴ e «historicistas»¹⁰⁵. Utilizam métodos de análise e pressupostos teóricos diferentes e obtêm obviamente resultados distintos¹⁰⁶. Para os primeiros, o Salazarismo foi um regime autoritário, próximo do fascismo, mas demarcou-se dele pela sua origem e pela sua evolução. Para os segundos, o Estado Novo foi um regime fascista mas com características próprias, nacionais. Foi «um fascismo sem movimento fascista»¹⁰⁷. É importante que esta divergência produza efeitos num repensar teórico-metodológico e num trabalho exaustivo das fontes.

Em Portugal surgiu um regime autoritário à semelhança de outros na Europa. Caracterizou-se pelo «nacionalismo antiliberal», pelo «corporativismo anti-socialista», pelo «autoritarismo antidemocrático»¹⁰⁸, pelo sincretismo¹⁰⁹ e pragmatismo¹¹⁰. Sendo tradicionalista e católico, foi também racionalizador e regenerador¹¹¹. A base ideológica do salazarismo encontra-se na Democracia Cristã¹¹², atenuada, é certo, pelo Integralismo Lusitano¹¹³, pelo Fascismo¹¹⁴ e pela tradição Liberal Republicana.

Embora a Ditadura Militar tenha dado lugar a uma *Ditadura Nacional* de compromisso, este *compromisso* viria lentamente a ser desvirtuado e reorientado pelo Estado Novo para a institucionalização de uma «ditadura de governo»¹¹⁵.

- ¹ O autor não teve acesso a alguns trabalhos editados no estrangeiro sobre a Ditadura Militar. Veja-se a referência a muitos desses estudos nas obras de António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Estampa, 1992; *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Estampa, 1994.
- ² Para uma explicação da intervenção dos militares no golpe, vejam-se Maria Carrilho, «Da República à Ditadura», in *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, pp. 193-291; Fernando Pereira Marques, «Do exército providencialista ao exército salazarista», in AAVV, *O Fascismo em Portugal*, Actas do colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 195-205; José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa, 1992, pp. 89-142; João B. Serra, Luís Salgado de Matos, «Intervenções militares na vida política», in *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72-73-74, vol. I, 1982, pp. 1165-95.
- Para uma análise pormenorizada dos acontecimentos (desde a preparação do golpe até à queda de Gomes da Costa), veja-se Arnaldo Madureira, «O 28 de Maio». *Elementos para a sua Compreensão*, I: *Na génese do Estado Novo*, II: *Na hora do corporativismo*, 2 vols., Lisboa, Presença, 1978, 1982.
- ³ César Oliveira, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991. No jornal *A Batalha*, no jornal *A Época*, e por exemplo no opúsculo de Strecht de Vasconcelos «A salvação da República pela intervenção militar interna (1923)», in José Pacheco Pereira (organização, prefácio e bibliografia de), *A Preparação Ideológica da Intervenção Militar de 28 de Maio de 1926*, Porto, Afrontamento, 1978, pp. 25-77.
- ⁴ António Ferro divulga desde 1920 os ideais dos líderes das Ditaduras europeias. Cfr. César Oliveira (Estudo introdutório, notas, cronologia, biografia e bibliografia de), *A Preparação do 28 de Maio. António Ferro e a propaganda do Fascismo 1920-1926*, Lisboa, Moraes, 1980. Sobre António Ferro veja-se ainda, Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Cosmos, 1994. Para uma contextualização internacional da Ditadura Militar e do Estado Novo, veja-se Fernando Rosas, «Introdução», in AAVV, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Fernando Rosas (coord.), «Nova História de Portugal», vol. XII, Lisboa, Presença, 1992, pp. 9-18.
- ⁵ 5 de Março de 1925; 18 de Abril de 1925; 19 de Julho de 1925; e 2 de Fevereiro de 1926.
- ⁶ Cfr. César Oliveira, *Portugal e a II República de Espanha*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985, p. 62; id., «Prefácio», in Ivens Ferraz, *A Ascensão de Salazar. Memórias de Seis Meses de Governo - 1929 - do General Ivens Ferraz*, Lisboa, O Jornal, 1988, p. 12; Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional de 1926: Da Ditadura Militar à formação do Estado Novo», in *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1986, p. 77; António Costa Pinto, «Ditadura Militar», in AAVV, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, s.l., Publicações Alfa, 1985, pp. 191-92; Fernando Rosas, «2. O Estado Novo», in AAVV, *Sociedade e Cultura Portuguesas*, 2, Maria José Ferro (coord.), Lisboa, Universidade Aberta, 1990, p. 301; António José Telo, *Dezadência e Queda da I República Portuguesa*, vol. II, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984, pp. 194-96; A. H. de Oliveira Marques, «Para a História da I República Portuguesa», in *Ensaio de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, p. 26; Douglas L. Wheeler, *História Política de Portugal 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., pp. 269-70.
- Joaquim Veríssimo Serrão denomina a adesão ao golpe com a expressão «movimento nacional»: *História de Portugal. A Primeira República (1910-1926). História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*, vol. XI, s.l., Verbo, p. 321.
- ⁷ César Oliveira, *Salazar e o Seu Tempo*, p. 52. O grupo Seara Nova colocou-se no início da Ditadura numa atitude de expectativa. No entanto, rapidamente ingressou nas fileiras da oposição: cfr. Fernando Farelo Lopes, «O liberalismo decadente da Seara Nova (algumas hipóteses)», in AAVV,

O Fascismo em Portugal cit., pp. 141-65; A. H. de Oliveira Marques, «Sérgio no exílio (1927-28)», in *Ensaio* cit., p. 285.

Os intelectuais da CGT tinham um certo distanciamento das massas operárias nacionais. A sua acção perante o 28 de Maio foi por vezes contraditória. Não conseguiram mobilizar o operariado contra o golpe. Alguns grupos de operários e alguns membros da Esquerda Democrática imaginaram um golpe diferente do que realmente ocorreu. Por este motivo apoiaram o golpe nos primeiros dias. Cfr. Carlos da Fonseca, «A revolta imaginária». O operariado frente ao 28 de Maio», *Revista de História das Ideias*, nº 7, 1985, pp. 373-90.

⁸ Cfr. a entrevista de A. H. de Oliveira Marques, «Proposta para o estudo de uma 'revolução'», in *Expresso*, 2 de Junho de 1973, p. 13.

⁹ Cfr. A. H. de Oliveira Marques, «Para a História da I República...», in *op. cit.* (nota 6), p. 26 (1ª versão 1966); id., «Os anos vinte em Portugal», in *Ensaio* cit., p. 82 (1ª versão 1972); id., *História de Portugal*, vol. III, 3ª ed., Lisboa, Palas, 1986, p. 364 (1ª versão 1973); id., «A conjuntura», in AAVV, *Portugal da Monarquia para a República*, A. H. de Oliveira Marques (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, Lisboa, Presença, 1991, p. 740.

¹⁰ Cfr. César Oliveira, *Salazar e o seu tempo* (nota 3), p. 52; Jorge Campinos, *A Ditadura Militar 1926-1933*, Lisboa, Dom Quixote, 1975, pp. 34-35 e 54.

¹¹ Cfr. id., *ibid.*; Fernando Rosas, «2. O Estado Novo», in *op. cit.* (nota 6); id., «O Estado Novo (1926-74)», in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 151; Hipólito de La Torre Gómez, *Do «Perigo Espanhol» à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha 1919-1930*, Lisboa, Estampa, 1985, p. 120; João Medina, «Salazar, ideólogo do 'Estado Novo'. Introdução à ideologia salazarista: O 'Estado Novo' um 'fascismo de cátedra'», in AAVV, *História Contemporânea de Portugal. Ditadura: O «Estado Novo». Do 28 de Maio ao Movimento dos Capituães*, João Medina (dir.), tomo I, s.l., Multilar, 1990, p. 11.

¹² António Costa Pinto, «Ditadura...», cit., p. 191.

¹³ César Oliveira, *Portugal* cit., p. 63.

¹⁴ Fernando Rosas, «2. O Estado Novo» cit., p. 301.

¹⁵ Cfr. Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional...» cit., pp. 77-81; António José Telo, *Decadência*, pp. 187-212; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis*, pp. 78-80; Fernando Rosas, *O Estado Novo*, pp. 155-62.

¹⁶ César Oliveira, *Salazar* cit., p. 52.

¹⁷ Douglas Wheeler, *A Ditadura Militar Portuguesa (1926-1933)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1988, p. 14; veja-se também César Oliveira, «Prefácio» cit., p. 13.

¹⁸ Mesmo depois do afastamento do grupo de apoio a Gomes da Costa de conotação monárquica.

¹⁹ Manuel Braga da Cruz, «A Revolução Nacional...» cit., p. 76.

²⁰ Cfr. Manuel Braga da Cruz, «O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo, in *Monárquicos*, p. 61; id., «Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar» *ibid.*, pp. 186-87. Sobre a não restauração da Monarquia após o 28 de Maio, veja-se Hipólito de La Torre Gómez, «Algumas notas em torno da contra-revolução do 28 de Maio», in AAVV, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia 1926-1965*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, pp. 165-77.

²¹ Cfr. Douglas Wheeler, *A Ditadura* cit., pp. 19-22.

²² Salazar publica vários artigos no jornal *Novidades*. Coloca-se nestes artigos contra o empréstimo e crítico da política económica de Sinel de Cordes. Salazar afirmou-se perante a opinião pública como um especialista de finanças. Cfr. Jorge Ramos de Ó, *O lugar de Salazar, estudo e antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 86-88; José Medeiros Ferreira, *O Comportamento* cit., pp. 153-54.

²³ Cfr. nota 41.

²⁴ Sobre a acção de Afonso Costa, veja-se A. H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, 2ª ed., Lisboa, Arcádia, 1975.

- ²⁵ Sobre Bernardino Machado, vejam-se A. H. de Oliveira Marques (com a colaboração de Fernando Marques da Costa), *Bernardino Machado*, Lisboa, Montanha, 1978; Bernardino Machado, *Manifestos Políticos (1927-1940)* (compilação, prefácio e notas de Oliveira Marques), Lisboa, Palas, 1978.
- ²⁶ Sobre a acção de António Sérgio veja-se A. H. de Oliveira Marques, «Sérgio no exílio (1927-28)», in *Ensaio* cit., pp. 283-95.
- ²⁷ Sobre o papel de Carmona na Ditadura Militar, veja-se Douglas Wheeler, *A Ditadura* cit., p. 18, que o considera, «sob muitos aspectos, um ditador de importância igual se não superior» à de Salazar. Oliveira Marques tem uma opinião diferente: «Carmona deixou [Abril de 1928] de desempenhar qualquer papel de relevo», in *História* cit., p. 370; veja-se ainda a síntese esclarecida de Fernando Rosas, *O Estado Novo* cit., pp. 187-88. Sobre a acção de Carmona na contenção das tensões entre Salazar e as Forças Armadas veja-se José Medeiros Ferreira, *O Comportamento* cit., pp. 165-202.
- ²⁸ César Oliveira, *Salazar* cit., p. 52.
- ²⁹ Controlo sobre o orçamento de todos os ministérios e veto sobre eventuais pedidos de aumento de despesas.
- ³⁰ Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta: 1928-1938*, Lisboa, Estampa, 1986, p. 116.
- ³¹ Iniciada desde 1922 e acentuada após o equilíbrio orçamental de 1928-29. Cfr. Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, 1982 (dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa [ed. Cosmos, Lisboa, Dezembro de 1994]), pp. 541-43; id., «A Moeda em Portugal, 1913-1947», in *Revista de História Económica e Social* (caderno nº 5), Lisboa, Sá da Costa, 1984, pp. 93-94, 100, 107, 115; id., «Aspectos das finanças públicas portuguesas: 1913-1983», in AAVV, *O Estado Novo* cit., vol. I, pp. 275-300.
- ³² Sobre a política económica iniciada com Salazar, vejam-se ainda Joel Frederico da Silveira, «Alguns aspectos da política económica do fascismo: 1926-1933 (Da crise de sobreprodução ao condicionamento industrial)», in AAVV, *O Fascismo* cit., pp. 341-99; José Maria Brandão de Brito, «Sobre as ideias económicas de Salazar», in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, pp. 33-58; Ana Bela Nunes e José Maria Brandão de Brito, «Política económica, industrialização e crescimento», in AAVV, *Portugal* cit., pp. 306-51; José Maria Brandão de Brito, «Corporativismo e Industrialização: elementos para o estudo do condicionamento industrial», in *Ler História*, nº 6, 1985, pp. 51-60; Fernando Rosas, *O Estado Novo* cit., pp. 15-147, 242-68.
- ³³ Douglas Wheeler, *A Ditadura* cit., p. 31.
- ³⁴ César Oliveira, «Prefácio» cit., pp. 7-36.
- ³⁵ É de recordar a chamada «crise dos sinos» (Julho de 1929), onde Mário de Figueiredo perde o lugar no governo. Salazar porém mantém-no e vê reforçado a sua posição, já que, segundo nos informa Ivens Ferraz, «o chefe do estado indicou-me que deveria conservar na pasta das finanças o Dr. Oliveira Salazar, por assim o desejar o exército» (*A Ascensão* cit., p. 46).
- ³⁶ Depois do falhanço da Milícia Nacional, a da União Nacional a Ditadura perde progressivamente apoio popular e vive uma certa apatia; cfr. Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de Salazar: antecedentes, organizações e funções da União Nacional (1926-43)», in *Análise Social*, vol. XXII, nº 94, pp. 943-54. Outros indícios que vão ao encontro desta tese têm a ver com a contestação à Ditadura. O número de panfletos contra a Ditadura é especialmente reduzido no ano de 1929, cfr. A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura Clandestina em Portugal*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 1990, p. 8. Não se regista nenhuma tentativa de oposição à Ditadura (com expressão) no ano de 1929, cfr. César Oliveira, «Prefácio», in *op. cit.*, p. 26.
- ³⁷ Ivens Ferraz salienta esta ideia nas suas memórias. «A Ditadura enfermava, então, de uma ausência de finalidade política», Ivens Ferraz, *A Ascensão* cit., p. 51.

- ³⁸ Fernando Rosas, «2. O Estado Novo», in *op. cit.*, p. 302; cfr. id., «As grandes linhas da evolução institucional», in AAVV, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* cit., pp. 86-90.
- ³⁹ Sobre a revolta do Porto e Lisboa vejam-se A. H. de Oliveira Marques (organização de; com a colaboração de A. de Sousa Dias), *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura 1926-1931*, Lisboa, Dom Quixote, 1975; Filomena Bandeira, «A oposição externa à Ditadura. A revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa», in AAVV, *O Estado Novo* cit., vol. II, pp. 29-46.
- ⁴⁰ A. H. de Oliveira Marques, «A conjuntura», in *op. cit.*, p. 742.
- ⁴¹ Sobre a oposição à Ditadura e à Liga de Paris vejam-se A. H. de Oliveira Marques (organização, prefácio e notas de), *A Unidade de Oposição à Ditadura (1928-1931)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1973; id. (organização, prefácio e notas de), *A Liga de Paris e a Ditadura Militar (1927-1928). A Questão do Empréstimo Externo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976; id., *A Literatura* cit., 2 vols.; e o recente trabalho de António Luís Pinto da Costa, «A primeira frente de oposição à Ditadura Militar Portuguesa: A Liga da Defesa da República ou Liga de Paris», in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Nova de Lisboa, nº 5, 1990-91, pp. 247-74.
- ⁴² Sobre a revolta da Madeira e dos Açores veja-se o estudo mais actualizado, Célia Reis, *A Revolta da Madeira e Açores (1931)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990. O próprio Reino Unido auxilia o «Estado Novo» nesta revolta por considerar ser este o regime que melhor assegurava os seus interesses. Cfr. Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, Fragmentos, 1988, pp. 13-22.
- ⁴³ Como já demonstrou César Oliveira, *Portugal* cit.
- ⁴⁴ Materializada por exemplo na revolta de 26 de Agosto de 1931.
- ⁴⁵ Veja-se o estudo de Maria de Fátima Patriarca, «O '18 de Janeiro': uma proposta de releitura», in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993, pp. 1137-52.
- ⁴⁶ César Oliveira, «A evolução política», in AAVV, *Portugal* cit., pp. 25-26. Sobre a crise do movimento operário, anarquista, partido socialista e partido comunista vejam-se respectivamente, Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985; Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; César Oliveira, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924)*, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 129-233; João Freire, «Malatesta e o anarquismo português», in *Ler História*, nº 6, 1985, pp. 35-49; id., *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992; João Arsénio Nunes, «Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 - (1931-1933)», in *Análise Social*, vol. XVII, nº 67-68-69, 1981, pp. 715-31; José Pacheco Pereira, «Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1910-1926)», in *Análise Social*, vol. XVII, nº 67-68-69, Lisboa, 1981, pp. 695-713. Sobre todos os temas tratados neste ponto veja-se a síntese de Fernando Rosas, *O Estado Novo* cit., pp. 206-41.
- ⁴⁷ Fernando Rosas, «2. O Estado Novo», in *op. cit.*, p. 302.
- ⁴⁸ Cfr. César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987, pp. 57-58; José Medeiros Ferreira, *O Comportamento* cit., pp. 157-58; Fernando Rosas, «As grandes linhas...», in *op. cit.*, pp. 86-88.
- ⁴⁹ Vicente de Freitas, «Exposição ao Presidente da República», in *O Século*, 12-2-1933, cit. in Fernando Rosas, «As grandes linhas...», in *op. cit.*, p. 87.
- ⁵⁰ Fernando Rosas, «As grandes linhas da evolução...», in *op. cit.*, p. 87.
- ⁵¹ Vicente de Freitas, «Exposição ao Presidente...», in *op. cit.*
- ⁵² Uma das últimas tentativas deste grupo contra a institucionalização do Estado Novo foi o projecto de constituição de uma Liga Republicana em finais de 1932. Porém, nunca virá a ser divulgada.

- Cfr. Maria Carrilho, «A projectada Liga Republicana e as últimas tentativas dos liberais contra a institucionalização do Estado Novo», in AAVV, *O Estado* cit., vol. I, pp. 179-88.
- ⁵³ Embora César Oliveira (cfr. *Salazar* cit., p. 53) apenas distinga dois grupos, o republicano e o grupo do Centro Católico (sem dúvida os mais importantes), convém definir este grupo que embora não muito numeroso vai ser importante não só para a formação do Estado Novo, como para a sua demarcação do fascismo europeu (na opinião de uma das correntes historiográficas de análise do Estado Novo, os «taxionomistas»).
- ⁵⁴ Fernando Rosas, «As grandes linhas...», in *op. cit.*, p. 88.
- ⁵⁵ Mussolini, «II entrevista de António Ferro», in César Oliveira (Estudo introdutório, notas, cronologia, biografia e bibliografia de), *A Preparação* cit., p. 78.
- ⁵⁶ Oliveira Salazar, *Discursos*, vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 4ª ed., s.d., p. 346.
- ⁵⁷ Fernando Rosas, «2. O Estado Novo», in *op. cit.*, p. 302.
- ⁵⁸ Cfr. Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de Salazar: ...», in *op. cit.*, pp. 943-54.
- ⁵⁹ Sobre a Liga 28 de Maio vejamos António Costa Pinto, «Liga 28 de Maio», in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I, Selecções do Reader's Digest, s.l., 1990, pp. 384-85 (1ª ed. 1985, Publicações Alfa); id., «The radical right and the Military Dictatorship in Portugal: The National May 28 league (1928-1933)», in *Luso-Brazilian Review*, vol. 23, nº 1, summer 1986, pp. 1-15; id., *Os Camisas Azuis* cit., pp. 82-91.
- ⁶⁰ Sobre o grupo de direita radical e sobre a sua principal base ideológica - O Integralismo Lusitano vejamos ainda respectivamente: Fernando Rosas, «A crise do liberalismo e as origens do 'autoritarismo moderno' e o Estado Novo em Portugal», in *Penélope*, nº 2, Fev. 1989, pp. 97-114; id., *O Estado Novo* cit., pp. 174-84; João Medina, «Os primeiros fascistas portugueses. Subsídios para a História ideológica dos primeiros movimentos fascistas em Portugal anteriores ao Nacional-Sindicalismo. Estudo antológico», in *Vértice* (sep.), Coimbra, 1987, 71 pp.; Manuel Braga da Cruz, «O Integralismo...», in *op. cit.*, pp. 13-74; António Costa Pinto, «A formação do Integralismo Lusitano (1907-17)», in *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982, pp. 1409-19; id., «O Fascismo e a crise da Primeira República. Os Nacionalistas Lusitanos (1923-1925)», in *Penélope*, nº 3, Junho de 1989, pp. 43-62 e em especial o estudo mais actualizado e profundo sobre o tema, id., *Os Camisas Azuis* cit.
- ⁶¹ Cfr. Rolão Preto, *Salazar e a sua Época*, Lisboa, edição do autor, 1933, p. 9. Esta acusação de centrismo ao Estado Novo não é alheia certamente à política seguida anteriormente pelo Centro Católico Português, cfr. Manuel Braga Cruz, *As Origens da Democracia Cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1980, pp. 341-51.
- ⁶² O movimento Nacional Sindicalista teve um crescimento bastante rápido, em especial nos meios urbanos e industriais. Ao defender um radicalismo fascista opõe-se ao projecto conciliador de Salazar. Sobre o Nacional-Sindicalismo, vejamos-se, João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e o Nacional-Sindicalismo. A história de um conflito 1932/1935*, Lisboa, Bertrand, 1978; António Costa Pinto, «As elites políticas e a consolidação do Salazarismo: O Nacional Sindicalismo e a União Nacional», in *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116-17, 1992, pp. 575-613; id., *Os Camisas Azuis* cit.
- ⁶³ Salazar cit. por Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, O Jornal, 1985, p. 23. A propósito da rejeição do modelo fascista italiano pelo regime veja-se o fracasso do CAUR em Portugal, Simon Kuin, «O braço longo de Mussolini: Os 'Comitati d'Azione pel l'Universalità di Roma' em Portugal (1933-1937)», in *Penélope*, nº 11, 1993, pp. 7-20.
- ⁶⁴ Cfr. a entrevista de Rolão Preto a João Medina, «Do exílio espanhol à candidatura do general Humberto Delgado», in *Salazar* cit., p. 176.
- ⁶⁵ Cfr. António Costa Pinto, Nuno Afonso Ribeiro, «Fascismo e juventude nos primórdios do Estado Novo: A Acção Escolar de Vanguarda (1933-1938)», in AAVV, *O Fascismo* cit., pp. 229-58; Luís Nuno Rodrigues, «A Legião Portuguesa no espectro político Nacional», in *Penélope*, nº 11, 1993,

- pp. 21-36; Simon Kuin, «A mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude», in *Análise Social*, vol. XXVIII (122), 1993, pp. 555-88.
- ⁶⁶ Cfr. Manuel Braga Cruz, *As Origens* cit., *passim*. Veja-se também o estudo sobre o Centro Académico de Democracia Cristã, Jorge Seabra; António Rafael Amaro; João Paulo Avelãs Nunes, *O C.A.D.C. de Coimbra. A Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1993.
- ⁶⁷ Cfr. António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis* cit., pp. 225-28 e *passim*.
- ⁶⁸ Veja-se Jorge Ramos de Ó, *O Lugar* cit., pp. 78-79 e *passim*; Manuel Braga da Cruz, «Salazar e a política», in AAVV, *Salazar e o Salazarismo* cit., pp. 59-70.
- ⁶⁹ Manuel Braga da Cruz, «As elites católicas nos primórdios do Salazarismo», in *Análise Social*, vol. XXVII, nº 116-117, 1992, p. 548.
- ⁷⁰ Oliveira Salazar, *Discursos* cit., p. 170.
- ⁷¹ Douglas Wheeler, *A Ditadura* cit., p. 40.
- ⁷² Fernando Rosas, «2. O Estado Novo», in *op. cit.*, p. 302.
- ⁷³ César Oliveira, «Prefácio», in Ivens Ferraz, *op. cit.*, pp. 7-36.
- ⁷⁴ Jorge Ramos de Ó, *O Lugar* cit., p. 91.
- ⁷⁵ Cfr. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1977, p. 62.
- ⁷⁶ Sendo este o último grande conflito conhecido que Salazar enfrentou antes de *dominar o executivo*, é de referir (e reflectir) que foi em parte pelas colónias que o Estado Novo *nasceu e morreu*.
- ⁷⁷ José Medeiros Ferreira, *O Comportamento* cit., p. 145.
- ⁷⁸ Cfr. *ibid.*, pp. 143-74, Douglas Wheeler, *A Ditadura* cit., pp. 41-42. Estes autores recusam uma periodização demasiado rígida. Analisam a Ditadura como uma evolução e não com *rupturas*.
- ⁷⁹ Quem defende esta tese é fundamentalmente César Oliveira e Fernando Rosas nos trabalhos já citados. O título do discurso de Salazar no acto de posse do seu primeiro governo é marcante para percebermos que a construção do novo regime tinha-se iniciado efectivamente no governo anterior, «Os homens são outros: O governo é o mesmo», Oliveira Salazar, *Discursos* cit., p. 155.
- ⁸⁰ César Oliveira, «Prefácio», in *op. cit.*, p. 17; id., «A evolução política», in AAVV, *Portugal e o Estado* cit., pp. 23-24.
- ⁸¹ Sobre a União Nacional vejam-se Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de...», in *op. cit.*, pp. 943-77; Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988; António Costa Pinto, «As elites...», in *op. cit.*, pp. 575-613; id., *Os Camisas Azuis* cit.
- ⁸² Sobre as diversas tentativas falhadas de formar um partido civil de apoio à Ditadura vejam-se Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de...», in *op. cit.*, pp. 943-54; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis* cit., pp. 78-92.
- ⁸³ Fernando Rosas, «As grandes linhas de evolução...», in *op. cit.*, p. 123.
- ⁸⁴ É de lembrar o apelo de Salazar aos Nacionais Sindicalistas para ingressarem na União Nacional.
- ⁸⁵ António Costa Pinto, «As elites...», in *op. cit.*, p. 597.
- ⁸⁶ Arlindo Manuel Caldeira, «O partido de Salazar...», in *op. cit.*, p. 975.
- ⁸⁷ Fernando Rosas, «As grandes linhas da evolução...», in *op. cit.*, p. 123.
- ⁸⁸ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado* cit., p. 62.
- ⁸⁹ Cfr. Marcello Caetano, *As Constituições Portuguesas*, 6ª ed., Lisboa - São Paulo, Verbo, 1986, p. 107.
- ⁹⁰ Cfr. Manuel Braga da Cruz, «Notas para a caracterização política do Salazarismo», in *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72-73-74, 1982, pp. 777-78.
- ⁹¹ Salazar, uns anos antes, já tinha explicado como é que se conseguia a «paz política»: «por compromissos e mútuas concessões através das quais se divisam irreductíveis as mesmas incompatibilidades», Oliveira Salazar, «A Paz de Cristo na classe operária pela SS. Eucaristia», in *Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, Braga, 1924, 2 a 7 de Julho*, Braga, Empresa «Acção Católica», pp.

- 168-76, cit. in Manuel Braga da Cruz, *As Origens* cit., p. 349. Sobre o «compromisso» constitucional, veja-se Jorge Campinos, *A Ditadura* cit., *passim*.
- ⁹² Salazar já tinha dado indicações de um pragmatismo em relação às normas jurídicas, «as leis verdadeiramente, fazem-nas os homens que as executam e acabam por ser na prática, por debaixo do véu da pureza abstracta, o espelho dos nossos defeitos de entendimento e dos nossos desvios de vontade» (30-7-1930), Oliveira Salazar, *Discursos* cit., p. 93.
- ⁹³ Cfr. Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, 3ª ed., tomo I, Coimbra Editora, 1985, pp. 268-99; id. (organização e introdução de), «Introdução», in *As Constituições Portuguesas*, Lisboa, Livraria Petrony, 1981, p. XVI.
- ⁹⁴ Fernando Rosas, *As Primeiras* cit., p. 28.
- ⁹⁵ Cfr. Jorge Campinos, *O Presidencialismo do Estado Novo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1978.
- ⁹⁶ Não estranha à sua matriz democrata cristã, cfr. Manuel Braga da Cruz, *As Origens* cit., p. 377. Sobre a ambiguidade organizativa da União Nacional, veja-se António Costa Pinto, «As elites...», in *op. cit.*, pp. 594-97.
- ⁹⁷ Veja-se o discurso de Oliveira Salazar «A Paz de Cristo na classe operária segundo a SS. Euaristia», in *Pensamento e Doutrina Política. Textos Antológicos*, Lisboa - São Paulo, Verbo, 1988, pp. 100-3.
- ⁹⁸ Sobre o Estatuto do Trabalho Nacional e sobre o corporativismo, vejam-se Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português, I: O Salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976; Fátima Patriarca, «A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)», in *Análise Social*, vol. XXVI, nº 110, 1991, pp. 23-58.
- ⁹⁹ Valentim Alexandre, «Portugal em África (1825-1974): Uma perspectiva global», in *Penélope*, nº 11, 1993, p. 62. Sobre o Acto Colonial e a Política Colonial vejam-se os estudos mais actualizados, Rui Ferreira da Silva, «Sob o signo do Império», in AAVV, *Portugal* cit., pp. 353-87; A. E. Duarte Silva, «Salazar e a política colonial do Estado Novo: O Acto Colonial (1931-1951)», in AAVV, *Salazar e o Salazarismo* cit., pp. 101-52; Valentim Alexandre, «Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo», in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993, pp. 1117-36.
- ¹⁰⁰ Manuel Braga da Cruz, «A Revolução...», in *op. cit.*, p. 76. Veja-se também id., «As relações entre o Estado e a Igreja», in AAVV, *Portugal* cit., pp. 201-21.
- ¹⁰¹ «Equilibrado nacionalismo» nas palavras de Oliveira Salazar, *Discursos* cit., p. 145.
- ¹⁰² Cfr. Fernando Rosas, *O Estado Novo* cit., pp. 184-87.
- ¹⁰³ Ver a distinção entre o lema salazarista e o lema mussoliniano, Joaquim Gomes Canotilho, *Direito Constitucional*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 1983, p. 186.
- ¹⁰⁴ Fernando Rosas, «Cinco pontos em torno do estudo comparado do fascismo», in *Vértice*, II série, nº 13, Abril de 1989, p. 21.
- ¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 24.
- ¹⁰⁶ Para uma bibliografia actualizada das duas principais tipologias de enquadramento do Estado Novo, veja-se João Paulo Avelãs Nunes, «O conceito de 'Fascismo' na História recente de Portugal», in *Vértice*, II série, nº 52, Janeiro-Fevereiro de 1993, pp. 53-65. Para um enquadramento teórico do Salazarismo no Fascismo Europeu, veja-se António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo* cit. Veja-se também o estudo de Luís Reis Torgal, «Sobre a História do Estado Novo. Fontes, bibliografia, áreas de abordagem e problemas metodológicos», in *Revista de História das Ideias*, vol. 14, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 529-54.
- ¹⁰⁷ Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema* cit., p. 27.
- ¹⁰⁸ Manuel Braga da Cruz, «Notas para a caracterização...», in *op. cit.*, p. 794.
- ¹⁰⁹ Cfr. José Machado Pais, «Raízes ideológicas do Estado Novo», in *Vértice*, II série, nº 13, Abril de 1989, pp. 31-37.

- ¹¹⁰ Cfr. Jorge Ramos de Ó, «As circunstâncias ocorrentes». Notas para a compreensão do pragmatismo político de Oliveira Salazar», in AAVV, *Salazar e o Salazarismo* cit., pp. 189-218.
- ¹¹¹ João Paulo Avelãs Nunes, «Ideologia e História no Estado Novo (1933-1949)», in *Vértice*, II série, Setembro-Outubro de 1993, 15.
- ¹¹² Cfr. Manuel Braga da Cruz, *As Origens* cit., *passim*.
- ¹¹³ Cfr. id., «O Integralismo...», in *op. cit.*, pp. 13-74.
- ¹¹⁴ Cfr. António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis* cit., pp. 305-15.
- ¹¹⁵ Manuel Braga da Cruz, *O Partido* cit., p. 255.

Estudo realizado no âmbito do estágio pedagógico (5º ano da Licenciatura em Ensino de História, Universidade de Évora) para o ensino básico (3º ciclo) e secundário, sob a orientação do Dr. Nuno Severiano Teixeira, no ano lectivo de 1992-93.